

VIDAS ENVENENADAS: cerceamento à reafirmação territorial dos Ava Guarani de Guaíra e Terra Roxa pela utilização de agrotóxicos

Camila Salles de Faria¹

Paula Camargo²

Teresa Paris Buarque de Hollanda³

Resumo

Trata-se de uma leitura geográfica da ocupação indígena Ava Guarani do Oeste do Paraná, a qual resiste, coexiste e se realiza permeada por conflitos com a lógica capitalista de ocupação da terra. Neste contexto, o processo de expropriação dos Guarani de suas terras ganha novas formas, dentre elas destaca-se a utilização de agrotóxicos que cerceia o uso e a presença dos indígenas em suas terras. Essa utilização de agrotóxicos envenena as “vidas” dos Guarani nas aldeias e ocorre, direta ou indiretamente, de modo intencional. Na forma direta, o agrotóxico é utilizado como arma química aspergido sobre as aldeias — nas casas, nos roçados e nos próprios indígenas —, e na forma indireta, é aspergido sobre os monocultivos, contaminando todo o entorno.

Palavras-chave: Expropriação, Indígenas, Agrotóxico.

Introdução

A situação atual dos indígenas Ava Guarani do Oeste do Paraná, especificamente nos municípios de Guaíra e Terra Roxa, passa por um histórico esbulho territorial que em diferentes contextos impulsionou deslocamentos e intensas transformações na vida dos indígenas. Tais conflitos se expressam na expansão da dominação fundiária capitalista fundamentada na constituição da propriedade privada capitalista sobre as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas de forma comunitária e em região de presença originária desse povo, corroborada

¹ Universidade Federal do Mato Grosso, camsalles@gmail.com.

² paulaforini@gmail.com.

³ Centro de Trabalho Indigenista e Serviço Pastoral do Migrante, teresa@trabalhoindigenista.org.br.

pela violação de seus direitos territoriais refletida na morosidade ou no não reconhecimento oficial pelo Estado daquelas terras⁴.

A violência presente nesse processo não se resume ao ato de sua expulsão por meio da “limpeza do terreno”⁵, da redução e fragmentação de seu território, mas atingem os Guarani em aspectos talvez menos evidentes aos olhares alheios, como por meio do desgaste espiritual, fruto da ruptura com o sentimento de pertencimento à terra, ou pelo esfacelamento sociopolítico com a dispersão dos membros familiares, conforme os relatos e observações em campo nos revelam.

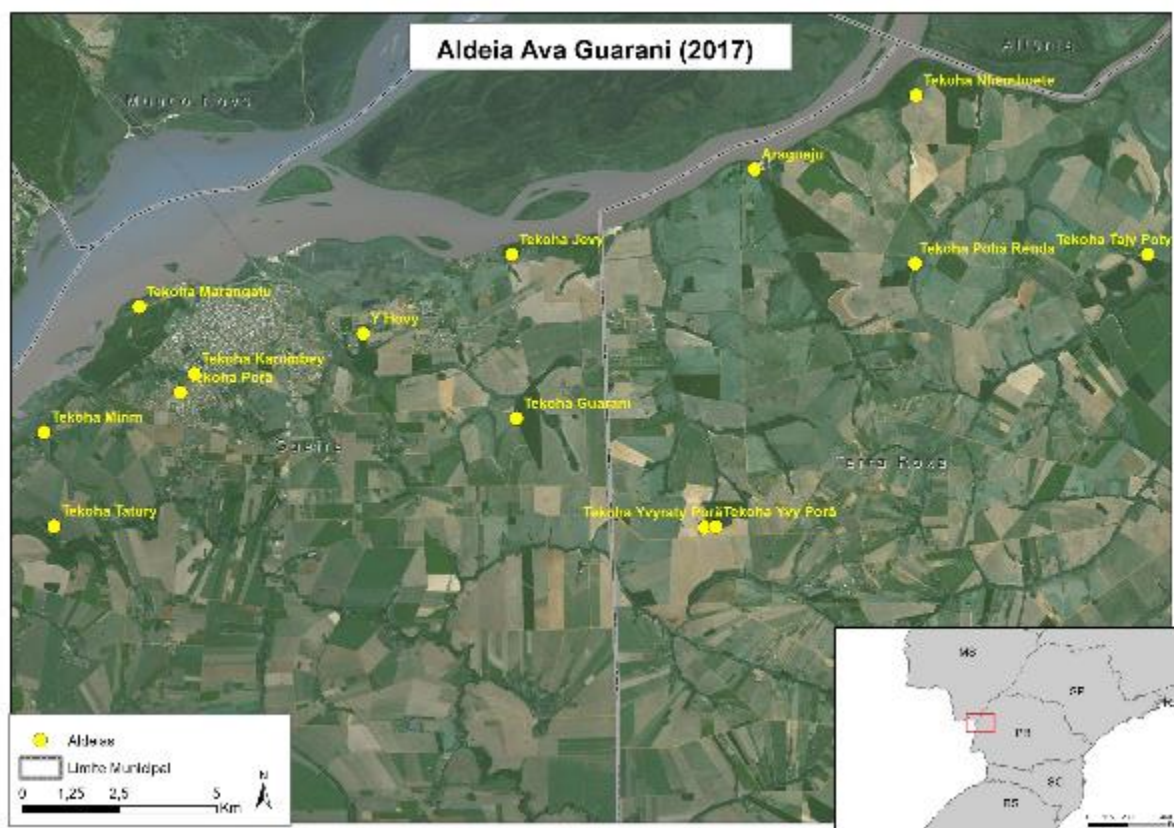
Assim, a disputa central entre indígenas e proprietários privados em Guaíra e Terra Roxa fundamenta-se na posse e no uso das terras, que foi ao longo dos anos se constituindo enquanto propriedade privada capitalista a despeito da presença dos Ava Guarani, em um processo catalisado por ciclos produtivos como o da erva-mate, no início do século XX, ou políticas de Estado, como a criação das colônias agrícolas a partir dos anos 1940 e a construção da Usina Binacional de Itaipu, na década de 1970. Tal processo de expulsão dos indígenas acarretou, desde o final dos anos 1990, um movimento de “reafirmação” das terras tradicionalmente ocupadas⁶, as quais são parte da configuração atual dos municípios de Guaíra e Terra Roxa, que compreendem atualmente catorze aldeias⁷ (Mapa 1) onde vivem aproximadamente 1600 indígenas e compõem a Terra Indígena Guasu Guavirá.

⁴ A Terra Indígena reivindicada pelos Ava Guarani em Guaíra e Terra Roxa teve seu processo de reconhecimento oficial pelo Estado iniciado em 2009 e encontra-se atualmente em fase de elaboração.

⁵ O termo “limpeza do terreno” provém do último momento do processo de expropriação, segundo MARX (2006), “a qual consiste em varrer deste os seres humanos”.

⁶ Para nos referirmos às chamadas “retomadas”, utilizamos também a expressão “reafirmação territorial”, emprestada das lutas territoriais Guarani nas proximidades de Encarnação e Assunção, no Paraguai. Esta expressão, no nosso entendimento, reforça o sentido de permanência do vínculo com a terra na luta que se expressa nas “retomadas”. Num outro aspecto, as “reafirmações” são de terras que não possuem outro dono exceto Ñanderu, a divindade primeira, e, assim, nunca foram tomadas em sua essência.

⁷ São elas: Karumbey, Porã, Marangatu, Y’Hovy, Jevy, Tatury, Mirim e Guarani, em Guaíra; e Ñemboete, Araguaju, Yvyraty Porã, Pohã Renda, Tajy Poty e Yvy Porã, em Terra Roxa.



Mapa 1 - Aldeias Ava Guarani em Guaíra e Terra Roxa

O conflito atual entre os proprietários/produtores rurais e os indígenas tem sido marcado por recorrentes tentativas de removê-los de suas terras, ou ao menos dificultar sua permanência nas aldeias, seja por formas explícitas de violência⁸ ou pela via judicial, vinculadas à omissão ou conivência do Estado no tocante ao entendimento e interpretação das leis que garantiriam a regularização da posse desses povos às suas terras.

Essa disputa reflete diferentes lógicas de ocupação da terra: na lógica capitalista, a terra transforma-se em equivalente de mercadoria, exprimindo seu valor de uso e seu valor de troca indissociavelmente quando disposta no mercado. Ao assumir a forma de propriedade privada e a possibilidade de sua mercantilização, seu uso é pautado pelo lucro (o sobre-lucro / a renda da terra) e gera a acumulação/concentração das riquezas. Em conversas e entrevistas realizadas

⁸ Dentre as atuais violências sofridas pelos Ava Guarani estão a violência física direta e a campanha de ódio e discriminação protagonizada por organização ruralista, como a Ongdip, que questiona a identidade indígena desse povo, transformando-os em estrangeiros em sua própria terra, e questionando, portanto, seu direito territorial.

com os Ava Guarani na região desde 2012, a lógica de ocupação da terra revela-se outra, ao guardar sentido de pertencimento cujo conteúdo remete a uma parte integrante do próprio corpo indígena, expressa numa relação sociedade-natureza fundamentada em sua cultura.

A Terra para os Guarani tem uma importância muito grande. Quando Deus fez a terra, quando Nhanderu fez todas as coisas aqui na terra, ele fez pra que todos os seres vivos pudessem viver nela. Portanto, a terra em si não é de ninguém, a terra tem um único deus, um único dono, na verdade, porque os Guarani entendem que a terra é de Nhanderu, pertence a ele. [...] Na verdade nós é que pertencemos à terra, não a terra é nossa⁹.

O conflito pela terra aparece na fala desta liderança, que afirma que “Nhanderu não colocou preço pra terra ser vendida, ele deu de graça pra todos poderem viver nela, e hoje nossa própria terra os brancos querem vender para nós”.

Assim, do ponto de vista mercadológico, os conflitos se estabelecem pela indisponibilidade das terras indígenas para o mercado em contraposição ao contexto particular de reprodução do capital que busca expandir-se territorialmente, no qual a inserção especializada do Brasil no comércio mundial se dá via exportação de *commodities* agrícolas e minerais. Pressupõe a exploração dos bens comuns da natureza enquanto novos recursos naturais¹⁰, aliado à intensificação do pacote técnico preexistente, ou seja, da utilização de maquinário, agroquímicos e da biotecnologia — com consequências sociais e ambientais altamente negativas.

A busca por garantir a reprodução ampliada do capital tem levado os grandes empreendimentos a se utilizarem de diferentes formas e tentativas de expropriação¹¹. Dentro da discussão do esbulho dos territórios indígenas, o presente artigo foca no aspecto das condições degradantes de sobrevivência associadas ao aumento crescente do uso de agrotóxicos¹² pelos

⁹ Entrevista com liderança da Tekoha Y’Hovy em julho de 2014.

¹⁰ Isto porque os bens comuns da natureza quando perpassados pela lógica capitalista, transformam-se em recurso natural, tornando-se propriedade privada passível de comercialização.

¹¹ A leitura do processo de expropriação presente neste texto entende a expansão da lógica de ocupação capitalista por meio do processo de transformação da terra em propriedade privada capitalista, realizada em detrimento da apropriação comunitária e pelo cerceamento do uso e da presença dos Guarani nessas terras em disputa. Parte da concepção de que o processo de expropriação guarda particularidades de cada lugar e em diferentes momentos históricos (MARX, 2006). Portanto, a expropriação dos Guarani não se refere à privação da apropriação da terra enquanto meio de produção, mas no esfacelamento do ser/viver enquanto Guarani, assim como não se realiza de forma plena e produz sua negação, a resistência, que não ocorre sem conflito.

¹² O uso do termo Agrotóxicos favorece a sua associação como veneno e, portanto, potencialmente nocivo à saúde e ao ambiente e está de acordo com a nomenclatura estabelecida pela Lei nº 7.802/1989. Os interessados no uso

produtores rurais que visam continuamente o aumento da produção e da produtividade das culturas agrícolas. A magnitude dos impactos negativos por meio da contaminação direta ou indireta das águas, do solo, dos animais, da vegetação e das pessoas, acaba por cercear o uso e a própria presença dos Guarani nas terras por eles reivindicadas, oprimindo assim as condições de resistência e luta.

A utilização de agrotóxicos na região da Terra Indígena Guasu Guavirá

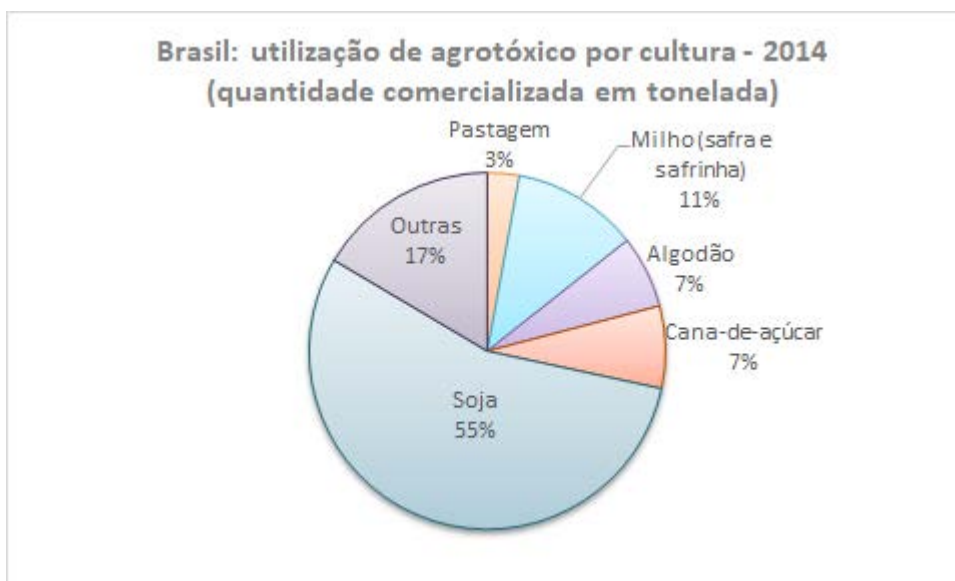
O estudo *Pequeno ensaio cartográfico sobre o uso de agrotóxicos no Brasil*, de Bombardi (2016), mostra a grande concentração de utilização de agrotóxicos nas regiões onde predomina o chamado agronegócio¹³. Destacam-se, assim, os municípios da região Sul e Centro-Oeste do país, em que a soja tem papel central.

Os produtos expoentes do agronegócio brasileiro, como a soja, o milho, a cana e o algodão, são os responsáveis pelo maior consumo de agrotóxicos e, juntos, respondem por praticamente 80% do total de agrotóxicos utilizado no país. Essa comercialização, assim como sua utilização, representa um crescimento de 191% entre 2000 e 2014¹⁴. De acordo com o gráfico *Brasil: utilização de agrotóxico por cultura* (2014), é possível notar que a cultura que mais utiliza agrotóxicos no país (em termos gerais) é a soja, que corresponde a 55% dos agrotóxicos vendidos no país. Em seguida, está o milho, com 11%, e em terceiro lugar a cana e o algodão, com 7%. Vale lembrar que, em geral, o plantio do milho se dá em rotação com a cultura da soja.

abusivo de agrotóxicos têm realizado forte pressão política para aprovação de projetos que alteram a legislação vigente, dentre os quais se destaca o Projeto de Lei 3.200/15, de autoria do deputado federal Luis Covatti (PP-RS). O Projeto simplifica procedimentos para o registro de pesticidas novos, facilita o uso de genéricos, cria um novo órgão federal para cuidar do assunto, diminui o poder dos estados na fiscalização e muda o nome de agrotóxicos, que passam a ser chamados de defensivos fitossanitários.

¹³ O que ficou conhecido popularmente como agronegócio é o processo de industrialização da agricultura capitalista (ou a formação dos complexos agroindustriais) que engloba todos os momentos da chamada cadeia produtiva, desde o controle das matérias primas até a circulação de mercadoria, permeados pelo capital financeiro (ver Delgado, 2012). Transformou-se no modelo hegemônico presente no campo brasileiro, o qual se caracteriza pelo monocultivo com intensa mecanização, dependência de agroquímicos (fertilizantes e agrotóxicos) e a inserção da biotecnologia, por meio das sementes híbridas e, recentemente, as transgênicas.

¹⁴ Segundo o Sindiveg, em 2000 foram comercializados 313 mil toneladas de agrotóxicos e em 2014, 914 mil toneladas.



FONTE: Sindiveg - Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal¹⁵

No período de 2001 a 2006, todos os estados do país apresentaram dados notificados de intoxicação por agrotóxico. Chama a atenção a concentração das intoxicações nos estados do Paraná, São Paulo e Santa Catarina. Para os anos de 2007 a 2013, Paraná e São Paulo figuraram como os estados com maior número de notificações de intoxicação, seguido por Minas Gerais, Pernambuco e Santa Catarina¹⁶. Estes estados possuem grande produção agrícola, com destaque para a produção do chamado agronegócio¹⁷.

No gráfico *Brasil: uso de agrotóxico por Estado (2013)*, nota-se que “os estados nos quais mais houve venda de agrotóxicos são justamente aqueles conhecidos por serem “celeiros” dos produtos do agronegócio”. O Paraná, que ocupa o terceiro lugar em produção de cana e segundo lugar em produção de soja, é o terceiro estado em venda de agrotóxicos (Bombardi, 2016).

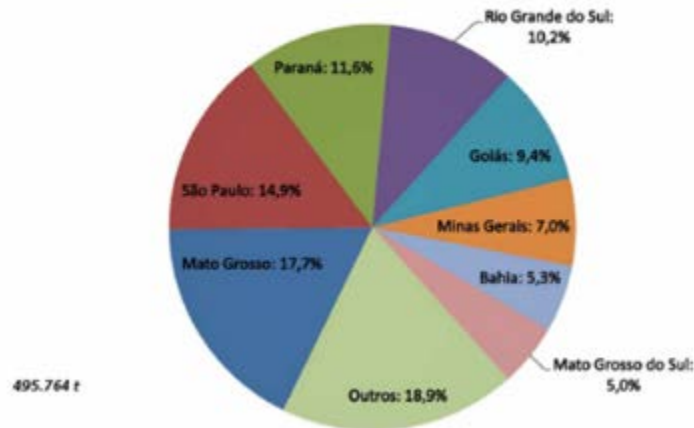
¹⁵ Dados disponíveis em <http://dados.contraosagrototoxicos.org/dataset/comercializacao-de-agrotoxicos-2012-a-2014>, acesso setembro de 2017.

¹⁶ FONTE: Ministério da Saúde/SINAN. ORGANIZAÇÃO: Larissa Mies Bombardi.

¹⁷ Importante ressaltar o fato dos dados de intoxicação por agrotóxico de uso agrícola serem subnotificados. Calcula-se, no Brasil que, para cada caso de intoxicação por agrotóxico notificado, há cinquenta outros não notificados. Além disso, até janeiro de 2011 as notificações de intoxicações por agrotóxicos não eram de aviso compulsório, ou seja, todos os dados colhidos até este período foram de aviso voluntário. Isto ajuda a explicar por que alguns estados que sabidamente usam grande quantidade de agrotóxicos, como o Mato Grosso, não aparecem com tanto destaque nos gráficos.

Brasil: uso de agrotóxicos por estado (2013)

(valores referentes às vendas de produtos)



FONTE: Bombardi, Larissa. 2016¹⁸

O IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, 2010) classificou por região o consumo de agrotóxico e a periculosidade ambiental. A região de Toledo, onde se localizam os municípios de Guaíra e Terra Roxa, consumiu naquele ano 5.334.791,21 kg de agrotóxicos, dentre os quais principalmente os herbicidas (61%), e classificados majoritariamente (89%) entre “Perigoso” e “Muito Perigoso” ambientalmente.

Em Guaíra, de acordo com os dados do IBGE de 2006, os imóveis que mais aplicaram agrotóxicos são aqueles utilizados para o cultivo de soja e de milho. Dos 545 estabelecimento registrados com o cultivo de soja, apenas 6 declararam naquela ocasião não usar agrotóxico, o que significa que cerca de 99% dos imóveis rurais utilizam agrotóxicos em grandes quantidades. Isto equivale a quase 70% da área agricultável no município.

Embora parte dos dados apresentados não seja por município, e assim não podemos destacar Guaíra e Terra Roxa, esses dados associados à realidade fática em que vivem os Ava Guarani evidenciam as consequências diretamente nocivas à saúde humana e ao ambiente em que vivem.

¹⁸ Fonte: IBAMA/Consolidação dos dados fornecidos pelas empresas registrantes de produtos técnicos, agrotóxicos e afins.

Impacto da utilização de agrotóxicos na vida dos Ava Guarani

As aldeias onde vivem atualmente os Ava Guarani em Guaíra e Terra Roxa estão intensamente impactadas pelos efeitos da exploração das terras circunvizinhas para a produção de *commodities* agrícolas¹⁹ – sobretudo a soja e o milho em sua maioria transgênicos. Nestes municípios, os Guarani vivem em aldeias onde há pequenos fragmentos florestais, resquícios de um intenso processo de desmatamento decorrente da ocupação e exploração não-indígena do solo.²⁰ Com isso, eles sofrem dos males concernentes a este tipo de produção como o envenenamento do solo, dos rios e da própria população indígena por agrotóxico, além do risco de perda de suas sementes por contaminação pelas espécies transgênicas, já que muitas aldeias têm essas monoculturas no limite de suas áreas, sem nenhuma barreira natural e nenhum espaçamento entre estas e suas casas, quintais ou roças. Especialmente as sementes de milho utilizadas pelos produtores rurais são espécies híbridas ou transgênicas, e concebem autofecundação natural, a qual é praticamente impossível de barrar, podendo contaminar toda a produção de milho guarani. Algumas variedades do milho são sementes tradicionais guardadas e permutadas há diversas gerações, e existe o risco de se perderem.

A complexidade do significado da terra, da agricultura e das matas para os Guarani não pode ser expressa nas nossas palavras, mas alguns depoimentos nos ajudam a entender. O depoimento de *Kuaray Mirim*, Guarani Mbya da região do Vale do Ribeira, em São Paulo, fala sobre a roça e a importância da manutenção de suas sementes²¹:

¹⁹ Segundo o Censo Agropecuário de 2006 do IBGE, essa área equivale a mais de 60% do município de Guaíra e 90% de Terra Roxa.

²⁰ O processo de desmatamento no Paraná data do final do século XIX marcado pela exploração de madeiras e a ocupação dos não-indígenas. Somente em 1920 há sua intensificação para utilização da agricultura extensiva, atingindo a região oeste somente após meados do século XX (Gubert Filho, 2010). Ressalta-se que a maioria desses fragmentos florestais, onde atualmente vivem os Guarani também teve sua mata primária explorada para a retirada da madeira, após esse desmatamento, algumas espécies se regeneraram e formaram uma mata secundária.

²¹ Em relação à manutenção e resgate das sementes e cultivares agrícolas tradicionais, bem como de espécies medicinais tradicionais, uma prática comum entre os Guarani são os intercâmbios entre diferentes aldeias das regiões Sul e Sudeste do Brasil, do Paraguai e da Argentina, onde mantém uma rede ampla de relações de parentesco. Esses intercâmbios significam, dessa forma, fatores de sociabilidade e o fortalecimento dos focos de multiplicação de sementes, cultivares e espécies medicinais na extensa abrangência geográfica da Yvyrupa, o território de ocupação guarani por onde estão espalhados seus *tekoha*, atualmente fragmentado pela ocupação não-

Quando *Nhanderu* colocou o índio na terra, já colocou as plantas para poder sobreviver, colocou *jetyju* (batata-doce), *avaxietei* (milho), *mandiôjui* (mandioca), *manduvijuí* (amendoim). Os mais velhos contam que os Guarani bem antigos não usavam ferramenta e nem nada, viviam só da mata caçando, pegando ysó, pindó (palmeira), frutas. Um dia, um índio encontrou um lugar bem grande, um aberto na mata, aí ele queimou o lugar, tocou fogo, para poder arrumar um lugar para ficar. Então, no outro dia choveu, choveu trovoada. Depois, no dia seguinte, o índio foi lá no lugar que ele tocou fogo e encontrou os milhos nascendo. Nasceu também melancia, nasceu abóbora, nasceu um monte de coisa. Foi *Nhanderu tupã* que tinha derramado para ele. Eram as plantas sagradas. Aí o índio começou a guardar e gerou outras plantas, e essas nunca podem se perder. (FELIPIM, 2001, p. 37)

A importância ritualística associada à agricultura, caracterizada pelas rezas nas épocas de plantio e de colheita e pelo benzimento das sementes se mostra no relato de uma liderança do Tekoha Y'Hovy, em Guaíra:

Desde muito tempo atrás, os rezadores batizam as sementes antes de serem plantadas, para dar bons frutos. Quando é a hora de colheita, os rezadores também são comunicados e é feito outro ritual, antes de colher as roças. Porque tudo que a gente pensa em fazer, os Guarani fazem em nome de *Nhanderu*.²²

Os Guarani realizam tradicionalmente o plantio de coivara²³ e consorciado de espécies, na maioria das vezes entre o milho tradicional e o feijão, e de forma rotacional. Para o desenvolvimento da agricultura itinerante pelo sistema de corte e queima, há a necessidade de um momento de pousio da área para que não haja esgotamento da fertilidade do solo, e com isso a perda das sementes e espécies plantadas. Assim, é indispensável que haja outra área para a abertura de um novo roçado. Porém, atualmente, como os Guarani detêm posse plena de espaços ínfimos, eles muitas vezes mantêm um roçado e/ou poucos cultivos espalhados nos quintais de suas casas, que não lhes garantem a autonomia alimentar.

indígena, incluindo as fronteiras dos Estados Nacionais, Unidades da Federação e municípios; impulsiona, assim, o acesso a determinadas espécies, o aumento da diversidade genética em suas terras, bem como a manutenção de tais espécies e dos usos costumeiros a elas associados, atualmente prejudicada pela falta de terra e pela intensa degradação ambiental das áreas onde localizam-se as aldeias, cuja agrobiodiversidade sofre intensa ameaça pelos plantios monocultores destinados ao agronegócio no entorno de boa parte delas.

²² Entrevista em julho de 2014.

²³ Abatem-se as árvores grandes, que ficam no chão, faz-se uma queima e se planta sem destocar e sem limpar o terreno. Segundo Felipim (2001, p. 67) “não é feita a retirada dos troncos das roças antes do plantio. Estes vão sendo aproveitados durante o ano como lenha, e aos poucos sendo retirados da roça.

Verifica-se que a justaposição entre as terras indígenas e de produtores rurais voltados à produção de *commodities* agrícolas, de um modo geral, representa um conflito no tocante à apropriação da natureza e uma ameaça à reprodução da vida Guarani. Enquanto o modelo hegemônico de ocupação do espaço para a produção agrícola industrial capitalista produz um grande impacto ambiental, os Guarani demonstram que a agricultura é uma prática que mantém sua existência tanto física como espiritual e expressa seu modo de ser/viver (*nhandereko*), do qual fazem parte também as matas. Essa prática não envolve primordialmente a quantificação daquilo que foi plantado e colhido, mas abrange outras relações materiais e imateriais, como as sociais, as simbólicas e as ritualísticas.

Constata-se a grave situação desses povos diante da voracidade e intensidade das ações empreendidas sob a forma do agronegócio, desrespeitando a própria vida. Essas produções inviabilizam a manutenção de ecossistemas no âmbito local e regional, e, se não inviabilizam, ao menos cerceiam em grande medida a manutenção de culturas e coletividades cuja sobrevivência se baseia em diferentes formas de relação com a terra e a natureza de um modo geral.

A aspersão de agrotóxicos pode ser entendida como cerceamento à presença dos Ava Guarani em suas terras e revela-se, neste aspecto, de forma direta ou de forma indireta, e nem por isso desimplicada. Ou seja, o cerceamento é direto em casos em que são utilizados estrategicamente como arma química²⁴, ao serem aspergidos sobre as aldeias, afetando sua saúde e destruindo suas criações, sementes tradicionais e plantios de um modo geral. E indireto quando sua permanência na terra é impactada pelas consequências maléficas da contaminação da água, do solo e da vegetação pela aspersão nas lavouras do entorno, colocando-os em risco, de toda maneira.

Em escala nacional, nota-se que nenhuma dessas formas é recente, já que desde meados da década de 1980 a Comissão Pastoral da Terra faz um levantamento do número de conflitos relacionados à contaminação por agrotóxicos e de famílias afetadas. Há, no entanto, crescimento do número de famílias contaminadas, que aumentou 300% entre 1985 e 2004, e a constatação de que 60% das ocorrências de contaminação na zona rural estava relacionada a

²⁴ O agrotóxico utilizado como arma química remonta à sua origem, isto porque antes de serem destinados à agricultura, serviram como arma de guerras (1ª e 2ª Guerras Mundiais e principalmente na Guerra do Vietnã). (ver Carson, 1969).

disputa por terra (CPT, 2016). Os dados decorrentes do acompanhamento dos conflitos pela CPT corroboram com a ideia de que “os agrotóxicos se tornaram parte inerente dos processos de expropriação de terras, territórios tradicionais e avanço do agronegócio.” (PORTO, ROCHA e PACHECO, 2016: 137), que é a hipótese também levantada para o caso do cerceamento das reafirmações territoriais dos Ava Guarani em Guaíra e Terra Roxa pela utilização intensiva de agrotóxico nas produções de grãos na região.

Nesse contexto, os relatos dos Ava Guarani relativos a problemas de saúde e mal-estar associados à aspersão de agrotóxicos pelos agricultores do entorno é comum em várias aldeias da região. Os Guarani – especialmente os mais velhos – notam uma diminuição na quantidade de animais e especificamente de peixes nos rios da região, alegando contaminação dos rios e lençóis freáticos pelos agrotóxicos.

Como relata um morador do Tekoha Guarani, em Guaíra, “A gente sofre muito com o veneno. Tem cheiro forte, dor de cabeça, a criança tem dor de barriga. Suja a água e tem planta que morre”²⁵. Nesta aldeia, ocorreu um caso de cerceamento direto à permanência dos Guarani na terra reivindicada, já que o agrotóxico foi aspergido intencionalmente como arma química sobre as casas, os indígenas, as criações e a vegetação da aldeia, como é possível ver na foto abaixo.



²⁵ Entrevista em jul. 2017. Comissão Guarani Yvyrupa, 2017.

Aspersão de agrotóxico sobre as casas dos Guarani, no Tekoha Guarani. Camila S. Faria / acervo CTI, 2012.

O mesmo morador do Tekoha Guarani relata²⁶:

antes de entrar em acordo na justiça²⁷, o fazendeiro vizinho passava agrotóxico na beirada das casas. Depois, não passou mais. Mas ainda passam veneno nas plantações aqui. É bem forte. Ficaram de avisar a população indígena no dia que vão passar veneno, para as crianças saírem de perto, mas ele nunca fez isso. Passa de qualquer jeito, sem avisar, não está nem aí se o vento tá ventando pra cá ou pra lá. Daí dá ferida, diarreia e vômito na criança.



Limites entre a lavoura, à esquerda, e a aldeia Guarani. Fonte: Google Earth, 2016 (sem escala).

Uma liderança da aldeia Tekoha Yvyraty Porã, em Terra Roxa, relatou à Comissão Guarani Yvyrupa que na área vizinha à sua aldeia “jogam veneno a cada três meses. Isso dá doença pra nossa família, pra criança. Dá tosse, dor de barriga”²⁸.

A aldeia Tekoha Jevy, em Guaíra, também é atingida pela pulverização de agrotóxicos, sobretudo os que têm suas casas ao lado das lavouras de monocultura. “O veneno é forte, faz mal pra gente”, conta um morador. “Tem hora que a criança fica doente. É forte demais, fica

²⁶ Entrevista em 26 out. 2015. Comissão Guarani Yvyrupa, 2017.

²⁷ Somente em 2014/2015, após repetidas investidas de destruição dos roçados dos Guarani, foi firmado um TAC (Termo de Ajuste de Conduta) entre o proprietário e os Guarani, diante do Ministério Público Federal. Essa destruição foi causada tanto pela aspersão direta de agrotóxico como pela passagem do trator do não-indígena no preparo do solo para os monocultivos (soja/milho).

²⁸ Entrevista em 28 out. 2015. Comissão Guarani Yvyrupa, 2017.

um fedor aqui. Já matou minhas galinhas. Isso complica muito pra gente aqui que mora na beirada.”²⁹

Liderança do Tekoha Araguaju, em Terra Roxa, conta que em 2013 os produtores vizinhos aplicavam agrotóxicos em suas plantações com o uso de aviões, atingindo a aldeia:

o avião passava baixinho e abria aquela torneira. Daí baixava aquela cerração. E depois aquele cheiro que entrava no nariz e dava ânsia de vômito, dor de barriga e dor de cabeça. As crianças tinham diarreia. Eu tinha umas galinhas e uns patinhos, morreram tudo. Eu tinha uns pés de feijão, mas aquele veneno torrou meu feijão. Até o mamoeiro que eu tinha plantado começou a secar. Sofremos muito aqui.

A liderança explica que o proprietário continua usando agrotóxico nas plantações próximas da aldeia, mas deixou de empregar o avião. “Agora ele aplica com trator. Mas a gente continua sentindo o cheiro forte aqui.”³⁰



À esquerda, aldeia Tekoha Jevy que é fortemente atingida pelos agrotóxicos pulverizados na lavoura vizinha, que aparece logo atrás das crianças. À direita, plantio próximo à aldeia Tekoha Araguaju, em Terra Roxa, indicando o uso de veneno. Teresa Paris/acervo CTI, 2015.

Os malefícios causados pelos agrotóxicos também são relatados por liderança do Tekoha Tatury: “Veneno faz mal pra gente aqui. E ele passa bastante veneno. Isso prejudica as crianças e as galinhas. As crianças têm febre. Já matou nossa galinha. A gente sente o cheiro e

²⁹ Entrevista em 22 mai. 2016. Comissão Guarani Yvyrupa, 2017.

³⁰ Entrevista realizada em 18 de janeiro de 2016 com liderança Ava Guarani do Tekoha Araguaju, no município de Terra Roxa (PR), sobre um dos casos ocorridos em 2013 de aspersão de veneno sobre a aldeia. Comissão Guarani Yvyrupa, 2017.

dá doença. Em 2011, ele passou veneno de avião em cima das casas. Com avião, passou três vezes. Depois, só com trator.”³¹

Morador do Tekoha Mirim, em Guaíra, afirma que também já passou mal com os efeitos do agrotóxico. “Senti meu estômago e minha cabeça.”³²

Entendemos, assim, que nesse contexto de reinserção especializada do Brasil no comércio mundial via exportação de *commodities* agrícolas e minerais, que pressupõe a exploração dos bens comuns da natureza enquanto novos recursos naturais aliado à intensificação dos meios técnicos, a ampla utilização de agrotóxicos possui papel elementar.

A resistência dos Ava Guarani em suas “reafirmações territoriais”, consequência de um histórico esbulho de suas terras, se realiza enquanto prática e pelas estratégias de continuidade de sua existência física e espiritual. Essa resistência sofre, porém, o impacto degradante da utilização desses agrotóxicos de forma direta, como arma química, ou de forma indireta, nos monocultivos justapostos à Terra Indígena Guasu Guavirá, em ambos os casos de modo intencional. Essa contaminação pode ser entendida como mais um elemento de cerceamento ao uso e à presença indígena na terra e, logo, à sua luta territorial, somando-se a tantas outras formas de violência contra os povo indígena Ava Guarani em Guaíra e Terra Roxa.

Referências Bibliográficas

BOMBARDI, Larissa Mies. **Pequeno Ensaio Cartográfico Sobre o Uso de Agrotóxicos no Brasil**. São Paulo: Laboratório de Geografia Agrária - USP.Blurb, 2016.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1969, 2ª edição.

COMISSÃO GUARANI YVYRUPA. **Relatório sobre violação dos direitos humanos contra os Ava Guarani do oeste do Paraná**, março de 2017.

DELGADO, Guilherme. **Do Capital Financeiros na Agricultura à economia do agronegócio**. UFRGS: Porto Alegre, 2012.

GUBERT FILHO, Francisco. “O desflorestamento do Paraná em um século”. In: SONDA, Claudia; TRAUZYNSKI, Silvia Cristina (Orgs.). **Reforma Agrária e Meio Ambiente: teoria e prática no estado do Paraná**. Curitiba: ITCG, 2010. p. 15-26.

³¹ Entrevista em 21 jan. 2016. Comissão Guarani Yvyrupa, 2017.

³² Entrevista em 17 mai. 2016. Comissão Guarani Yvyrupa, 2017.

FELIPIIM, Adriana. **O Sistema Agrícola Guarani Mbyá e seus cultivares de milho: um estudo de caso da na aldeia Guarani Ilha do Cardoso, Município de Cananéia, SP.** Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2001.

MARX, KARL. “A acumulação primitiva”. In: MARX, KARL. **O Capital: Crítica da Economia Política.** v. II. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 827-877.

PORTO, Marcelo Firpo; ROCHA, Diogo Ferreira da; PACHECO, Tania. “Agrotóxicos, armas de uma guerra não declarada”. In: Comissão Pastoral da Terra (CPT). **Conflitos no Campo - 2015.** Goiânia: CPT Nacional, 2015, p. 133-141. (Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14019-conflitos-no-campo-brasil-2015>, acesso em setembro de 2017)